

ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE O CAPITALISMO, NA VISÃO DE MARX E KEYNES

A comparative analysis on capitalism, in the view of Marx and Keynes

Un Análisis comparativo del capitalismo, a la luz de Marx y Keynes

Flávio Franklin Ferreira de Almeida¹; Tamires D`Ávila de Moraes Andrade²; João Batista Oliveira de Figueiredo³; Thyago Araújo Gurjão⁴; Ana Clara Roberto Ramalho de Andrade⁵; Adriano Cipriano de Sousa Júnior⁶; Ednólia Mendes Braga⁷

RESUMO: O referido estudo procura fazer uma análise comparativa entre os diferentes posicionamentos do sistema capitalista, visto por duas visões paradoxais. Uma na concepção marxista onde é defendido um capitalismo sem perspectiva de progresso, no qual o seu fim seria o resultado da luta entre classes causando a deterioração do sistema. A outra, na visão Keynesiana de um capitalismo que pode ser restaurado, através da intervenção estatal.

Palavras chave: sistema econômico, economia, classe social.

ABSTRACT: This study seeks to make a comparative analysis between the different positions of the capitalist system, seen from two paradoxical views. One in the Marxist conception where a capitalism with no prospect of progress is defended, in which its end would be the result of the struggle between classes causing the deterioration of the system. The other, in the Keynesian vision of a capitalism that can be restored, through state intervention.

Key words: economic system, economy, social class.

RESUMEN: Este estudio busca hacer un análisis comparativo entre las diferentes posiciones del sistema capitalista, visto desde dos miradas paradójicas. Uno en la concepción marxista donde se defiende un capitalismo sin perspectivas de progreso, en el que su fin sería el resultado de la lucha de clases provocando el deterioro del sistema. El otro, en la visión keynesiana de un capitalismo restaurable, a través de la intervención estatal..

Palabras clave: sistema económico, economía, clase social.

INTRODUÇÃO

⁵Recebido em 01/06/2022; aceito em 19/09/2022 e publicado em 25/10/2022

¹Prof.M.Sc.do Centro Universitário de Patos –UNIFIP e Faculdade católica da Paraíba. E-mail: flavioalmeida@fiponline.edu.br

²Graduada em Ciências Exatas – UEPB (CAMPUS: Patos-PB). Coordenadora do Ensino Médio e Fundamental do Colégio Autêntico Patos-PB. E-mail: tamiresmd@gmail.com

³licenciado em História pela UNIFIP. E-mail: joabatistasansao@gmail.com

⁴Mostrando PPGSA –CCTA –UFCEG –Pombal –PB. <https://orcid.org/0000-0002-2071-4321>

E-mail: thyagogurjaovp@gmail.com;

⁵ M. Sc. Pesquisadora Bolsista do Instituto Nacional do Semiárido –INSA/MCTI, <https://orcid.org/0000-0003-2649-6836>, E-mail: anaclararoberto@outlook.com

⁶ M. Sc. Pesquisador Bolsista do Instituto Nacional do Semiárido –INSA/MCTI,

⁷ aluna da Faculdade católica da Paraíba. <https://orcid.org/0000-0001-8404-3646>

E-mail: edneianendessjrp@gmail.com

No decorrer da história, a Ciência Econômica e seus elementos foram frutos de estudos e ideias sobre vários questionamentos defendidos por diferentes economistas, e todas as suas concepções refletiam a conjuntura da sua época.

Foi baseado nesse contexto, que a proposta desse artigo é estudar o capitalismo comparando algumas de suas minúcias visto por dois ângulos diferentes, onde no primeiro momento estudaremos a fase de transição do Feudalismo para o Capitalismo e alguns fatos importantes que marcaram essa transição, e já no segundo momento o nosso foco de estudo é centralizado em Marx e nas suas ideias sobre o Capitalismo, enquanto que no terceiro momento estudaremos Keynes e suas ideias sobre a reestruturação do sistema Capitalista (REIS, 2020; SANTOS, 2020; SOUZA,2022).

Aqui se tem o objetivo de questionar sobre os diferentes posicionamentos do sistema capitalista, visto por duas visões paradoxais, uma na concepção marxista, onde é defendido um capitalismo sem perspectiva de progresso, no qual o seu fim seria o resultado da luta entre classes e da insatisfação dos trabalhadores causando a deterioração do capitalismo, fazendo surgir assim, um novo sistema; e por outro lado, a visão Keynesiana de um capitalismo que pode ser restaurado, através da intervenção estatal

PRINCIPAIS ASPECTOS DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO.

A Ciência Econômica se desenvolveu fundamentalmente quando o Capitalismo apareceu na Inglaterra, contudo num processo lento dentro da sociedade medieval agrária, quando a hierarquia social baseava-se nos vínculos que os indivíduos mantinham com a terra, e as atividades agrícolas sustentavam todo o sistema social. Paradoxalmente, contudo, o crescimento da produtividade agrícola desencadeou uma série de mudanças profundas que se prolongaram por vários séculos, culminando na dissolução do feudalismo medieval e no surgimento do capitalismo (SILVA,2015).

Com o passar do tempo, era cada vez mais notório a substituição do sistema de rodízio de cultura em dois campos pelo sistema de rodízio em três campos e foi o avanço tecnológico mais importante ocorrido na Idade Média. Em verdade, embora ainda no século VIII este sistema já tivesse sido introduzido na Europa, somente por volta do século XI é que a sua utilização se difundiu.

Esta modificação técnica aparentemente simples resultou num aumento extraordinário da produtividade agrícola. Essa não foi a única consequência importante da introdução do novo sistema de rodízio. No século XIII, o custo do transporte de produtos agrícolas sofreu redução considerável com a adoção, em lugar da carreta de duas rodas, da carroça de quatro rodas, com eixo dianteiro provido de pivô (HARBS,2022).

O aperfeiçoamento da tecnologia agrícola e dos meios de transporte ocasionou duas mudanças de grande alcance e importância. Inicialmente, favoreceu a aceleração do crescimento populacional. A segunda mudança importante, intimamente relacionada com a expansão populacional, foi o rápido crescimento da concentração urbana. O crescimento dos centros urbanos trouxe consigo uma especialização cada vez maior entre a cidade e o campo. Com a ampliação do contingente de trabalhadores que emigravam para as cidades e rompiam seus vínculos com a terra, a produção de bens manufaturados cresceu consideravelmente. O desenvolvimento da produção manufatureira, da especialização econômica e da produtividade do trabalho contribuiu para o desenvolvimento do comércio inter-regional e de longa distância (FERNANDES,2020).

São vários os historiadores que tomam o desenvolvimento do comércio como a principal causa da desintegração da sociedade medieval, particularmente do seu regime de trocas e de seus costumes.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E DEFINIÇÃO DO CAPITALISMO

Inicialmente é importante frisar que é a acumulação que dá origem ao capitalismo, segundo Marx(1818-1883), a teoria da acumulação primitiva explica o movimento histórico que separa a força de trabalho dos instrumentos de produção, dando origem à classe capitalista e ao proletariado. De acordo com essa afirmação, este processo de acumulação se iniciou no século XVI, com a expulsão dos camponeses ("as enclousures") de suas terras e os cercamentos dos campos com a conversão dos membros das corporações de ofícios em operários urbanos, surgindo assim o Capitalismo (NETTO,2021).

Em seu sentido mais restrito, o capitalismo corresponde a acumulação de recursos financeiros (dinheiro) e materiais (prédios, máquinas, ferramentas) que têm sua origem e destinação na produção econômica. Essa definição, apesar de excessivamente técnica, é um dos poucos pontos de consenso entre os inúmeros intelectuais que refletiram sobre esse fenômeno ao longo dos últimos 150 anos. São duas as principais correntes de interpretação do

capitalismo, divergindo substancialmente quanto a suas origens e consequências para a sociedade (RUFINO,2019).

A primeira foi elaborada por Marx, para quem o capitalismo é fundamentalmente causado por condições históricas e econômicas. O capitalismo para Marx é um determinado modo de produção de mercadorias (mercadorias são objetos que têm a finalidade de serem trocados e não a de serem usados) que surge especificamente durante a Idade Moderna e que chega ao seu desenvolvimento completo com as implementações tecnológicas da Revolução Industrial. A ideia marxista de modo de produção não se restringe apenas ao âmbito econômico, mas estende-se a toda relação social estabelecida a partir da vinculação da pessoa ao trabalho.

Uma característica básica desse modo de produção é que nele os homens encarregados de despender os esforços físicos, que Marx chama de "força de trabalho", não são os mesmos que têm a propriedade das ferramentas e das matérias-primas (posteriormente também das máquinas), denominados "meios de produção". Esta separação proporciona outro aspecto essencial do capitalismo, que é a transformação da "força de trabalho" em uma mercadoria, que portanto pode ser levada ao mercado e trocada livremente (basta lembrar que no modo de produção escravista o objeto da troca é o escravo inteiro, e não só a sua força, enquanto que no feudalismo praticamente não havia trocas econômicas) (ZGIET,2021).

Assim, a sociedade capitalista estaria dividida entre uma classe que é proprietária dos meios de produção e outra classe cuja única fonte de subsistência é a venda ou troca de sua "força de trabalho" Os argumentos apresentados por Marx para demonstrar a passagem do feudalismo para o capitalismo e a acentuação da divisão do trabalho são elaborados através de uma reconstrução histórica impossível de ser resumida aqui, sendo no momento suficiente apontar que ela passa pela desintegração dos laços entre senhor e servo e pela ampliação das relações comerciais (de troca), estas últimas que permitem uma acumulação inicial de riquezas (chamada por Marx de "acumulação primitiva").

O MATERIALISMO HISTÓRICO DE MARX

Karl Marx (1818-1883), com a sua ideologia encarava a grande maioria dos socialistas do final do século XVIII e principio do século XIX como filantropos honestamente indignados com a exploração desumana que acompanhou o desenvolvimento inicial do capitalismo.

A despeito da admiração que muitos lhe inspiravam, qualificou-os, com certa ironia, de "socialistas utópicos". Julgava ingênua e quixotesca a sua convicção de que transformariam a sociedade apelando para a racionalidade e a sensibilidade moral da classe educada. Os homens educados, na sua opinião, pertenciam geralmente às classes dominantes e, portanto, deviam sua posição, sua prosperidade, o refinamento de sua educação e de seus conhecimentos aos privilégios inerentes ao sistema capitalista. Consequentemente, faliam tudo o que estivesse ao seu alcance para perpetuar esse sistema. Marx tinha uma fé inabalável no advento do socialismo, mas essa fé não se apoiava em uma confiança cega na racionalidade e humanidade dos homens de cultura, como era o caso dos socialistas utópicos, e sim em uma análise profunda das leis do funcionamento do capitalismo (GOLDMAN, 2015).

Segundo Marx, as próprias contradições e antagonismos internos do sistema capitalista ocasionariam, inevitavelmente, a sua destruição. Marx baseou seu estudo da sociedade capitalista numa abordagem histórica que ficou conhecida como materialismo histórico (FARIAS, 2020). Marx procurou simplificar as complexas relações de causa e efeito que interligavam as múltiplas facetas dos sistemas sociais, isto é, a teia de ideias, leis, crenças religiosas, costumes, códigos morais, instituições econômicas presentes em todos os sistemas sociais.

A CRÍTICA MORAL DE MARX AO CAPITALISMO

Duas são as características essenciais que diferenciam, segundo Marx, o capitalismo dos outros sistemas econômicos: é a separação do produtor dos meios de produção, dando origem a uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; A infiltração do mercado, ou do nexos monetário, em todas as relações humanas, tanto na esfera da produção quanto na esfera da distribuição. Como todos os socialistas que o antecederam, Marx deplorava as profundas disparidades de riqueza e pobreza engendradas por essa relação de classes (NETTO, 2021).

No entanto, Marx não se limitou a condenar em nome de princípios éticos, as desigualdades gritantes produzidas pelo capitalismo. A seu juízo, o sistema capitalista impedia os homens de desenvolverem suas potencialidades, de se tornarem seres plenamente realizados do ponto de vista emocional e intelectual. Essa foi sua mais importante crítica moral ao capitalismo.

Para Marx a diferença essencial entre os homens e os animais residia em que satisfazer suas necessidades, os homens criavam ferramentas e com elas transformavam o meio ambiente. O homem aprimorou seus sentidos e seu intelecto do trabalho e na relação com os objetos por ele produzidos, conheceu o sentimento de prazer e de auto-realização

Nos sistemas sociais pré-capitalistas, como, por exemplo, no feudalismo, o homem foi capaz de alcançar a auto-realização no processo de trabalho, a despeito de serem sistemas assentados na exploração de classes. O trabalho representava apenas um meio para obter dinheiro, pois as relações sociais, embora fossem relações de exploração, possuíam também um caráter pessoal e paternalista.

Na sociedade capitalista, o mercado separou e isolou o "valor de troca" ou o preço monetário, das qualidades que configuravam a relação do homem com os objetos materiais e com os outros seres humanos. Isso ocorreu de forma particularmente clara no processo de trabalho (DA SILVA, 2021).

Do ponto de vista do capitalista, os salários representavam simplesmente, mais uma despesa de produção a ser acrescentada ao custo das matérias-primas e da maquinaria no cômputo do lucro. O trabalho converteu-se em uma mercadoria como qualquer outra que o capitalista adquiria sempre que via a possibilidade de obter algum lucro dela. As oportunidades para que o trabalhador pudesse vender sua força de trabalho escapavam totalmente a seu controle: dependiam das frias e impessoais condições de mercado. De forma análoga, o produto do trabalho, convertido em propriedade do capitalista, tomou-se um objeto totalmente independente e exterior à vida do trabalhador.

Marx empregou o termo alienação para qualificar a condição dos homens que viviam essa situação. Sentiam-se alienados ou divorciados de seu trabalho, de seu meio cultural e institucional e dos próprios companheiros. As oportunidades e as condições de trabalho, assim como os objetos produzidos passaram a ser determinados por um pequeno número de capitalistas, em função das oportunidades de lucro e não das necessidades ou das aspirações humanas, Marx expôs as consequências da alienação num texto admirável:

"(...)Em que consiste, então, a alienação do trabalho? Primeiramente, no fato de que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser; em que em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega: não se sente feliz, e sim desgraçado; não desenvolve livremente sua energia física e espiritual, mas sim mortifica seu corpo e arruína seu espírito (NETTO,2021)..

A DOCTRINA ECONÔMICA DE KEYNES

A teoria geral keynesiana é considerada uma teoria macroeconômica, relativamente dinâmica, tendo como pressupostos fundamentais o volume de produção e o nível de emprego decorrente. A sua abordagem macroeconômica parte do estudo dos agregados econômico

básicos (renda, consumo, poupança e investimento) de uma economia monetária. O comportamento dos consumidores, especuladores e investidores são analisados a partir desses agregados econômicos. E a teoria monetária é plenamente integrada à macroeconomia keynesiana (GUIMARAES, 2021).

Para Keynes, a economia capitalista seria passível de movimentos ascendentes e descendentes, com um certo grau de regularidade na sua sequência e duração. Essa tendência de substituição por forças contrárias, característica do ciclo econômico é explicada pelo fenômeno da crise, ou seja, “o fato de que a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina”.

Por isso, o Estado teria um papel importante em momentos de crise e incerteza, atuando na economia para reverter esse movimento descendente a partir de políticas econômicas.

Para que sejam demarcadas as distintas posições entre as ideias de Keynes, bem como a dos clássicos, é preciso antes compreender o significado histórico-teórico de uma economia cooperativa. Keynes define uma economia cooperativa como aquela em que os fatores de produção são recompensados em espécie pelos produtos obtidos da produção, e cuja distribuição se dá proporcionalmente ao esforço do trabalho despendido por cada um dos membros pertencentes à comunidade (CARVALHO,2018).

Uma vez que a economia cooperativa não exclui o dinheiro utilizado para fins de conveniência transitória, Keynes resolveu chamá-la de economia de salário real distinta de uma economia empresarial (RUIZ e MAYNARD,2020). Para Keynes, uma economia de salário real é uma economia cooperativa em que os postulados clássicos poderiam ser satisfeitos e o sistema econômico poderia se ajustar no nível do equilíbrio de pleno emprego, de acordo com a doutrina clássica

A causa socialista ganhou muitos adeptos na década de 1930. Enquanto o mundo capitalista debatia-se no que foi talvez sua mais violenta depressão, a economia soviética crescia em ritmo acelerado. A grande depressão produziu um choque traumático na população norte-americana, abalando profundamente a sua convicção de que o país progrediu indefinidamente e alcançaria níveis de prosperidade material sem paralelo no mundo.

O sistema econômico capitalista parecia estar à beira de um colapso total. Então necessitava tomar medidas drásticas que revertissem o processo de crise. Antes, porém. era

necessário conhecer melhor a natureza do mal que colocava em risco a existência do sistema. Sendo assim, Keynes lançou a proposta para apontar soluções que pudessem salvar o sistema capitalista (RUHLE,2022).

Keynes iniciou a sua obra analisando o processo de produção. Num determinado período de produção, uma empresa produz certo volume de dólares sob a forma de bens (DONÁRIO, 2016).

Com o que apura na venda desses bens, a empresa paga seus custos de produção, que incluem salários, remunerações, rendas, suprimentos e matérias-primas, bem como os juros dos empréstimos contraídos. A quantia restante converte-se em lucro.

O importante a lembrar é o seguinte: o que para a empresa é custo de produção representa renda para um indivíduo ou para outra empresa. O lucro também é renda que se destina aos proprietários da empresa. Ora, se o valor da produção se esgota nos custos de produção e nos lucros, e se estes itens constituem renda, conclui-se que o do que foi produzido deve, necessariamente, ser igual às rendas geradas no decorrer da produção.

O mesmo quadro utilizado para uma empresa isolada aplica-se a economia em conjunto. O valor de tudo aquilo que é produzido durante determinado período ao total de rendas recebidas nesse mesmo período, conseqüentemente, para que as empresas vendam tudo o que produziram, é necessário que a população gaste, coletivamente, todas as suas rendas. Se a renda total distribuída na sociedade gasta na aquisição de bens e serviços, o valor da produção será integralmente (SILVA, 2022).

Nesse caso, os lucros permanecerão elevados e os empresários procurarão produzir a mesma quantidade, ou uma quantidade maior de bens e serviços no período subsequente. Keynes denominou esse processo fluxo circular (MACIEL 2022): O dinheiro flui das empresas esse público sob a forma de salários, remunerações, rendas, juros e lucros; em seguida, dinheiro retorna para as empresas quando o público adquire os bens e serviços oferecidos por elas (BRITO FILHO,2022). O processo perdura, enquanto as empresas puderem vender tudo o produzirem e obter lucros satisfatórios (SOUZA,2022).

Mas esse processo não é automático. Quando o dinheiro flui das empresas para o público, parte dele não retorna diretamente para as empresas (TOLEDO; NAKAGAWA, e YAMASHITA, 2022). O fluxo circular apresenta vazamentos (KRAMPE,2022). Para começar, nem todos despendem todas as suas rendas. Uma percentagem dessas rendas é poupada, geralmente em bancos, e portanto deixa de participar do fluxo de despesas.

Esse vazio pode ser preenchido por outras pessoas que contraem empréstimos nos bancos e desvendem quantias superiores às suas rendas (BUCHHOLZ, 2016). Keynes constatou, no entanto, que no auge da prosperidade a poupança geralmente supera os empréstimos aos consumidores. Forma-se, portanto, uma poupança líquida ou um vazamento real no fluxo circular rendas-despesas.

Sendo assim, Keynes contraria a crença dos clássicos e dos neoclássicos quanto ao equilíbrio estável do pleno emprego, ao escrever em 1933, durante a grande depressão: “Muitas pessoas estão tentando resolver o problema do desemprego com uma teoria que é baseada no pressuposto de que não existe desemprego. (ARLINDO,2016)

VITOR, Rodrigo Ribeiro. Trabalho intermitente no Brasil : a desvalorização social do trabalho pela ruptura com a racionalidade econômico-social constitucional Tese Doutoral UFPB - João Pessoa, 2022. 287 f. : il.

Esta passagem de Keynes evidencia o modo como os clássicos entendiam o funcionamento da economia, considerando apenas a possibilidade de desemprego setorial, nunca aceitando a existência de desemprego generalizado, contrariamente ao que a realidade nos evidencia. Esta visão é hoje partilhada pelos monetaristas e novos clássicos e tem sido levada à prática nas últimas décadas (VITOR, 2022). O que Keynes teria querido significar com esta passagem era a tendência dos economistas para evitar analisar os problemas no curto prazo.

É notório que Keynes considerava que ao estudar a macroeconomia deveria ter em conta não o indivíduo representativo semelhante ao átomo newtoniano definido a priori, mas como integrando o todo, de forma contextual e contingente, tendo em conta a intersubjetividade, que está ausente do homo economicus. A teoria de Keynes inverteu a teoria clássica quanto ao fundamento da determinação do rendimento e do emprego, no curto prazo, dado que os clássicos consideravam que era a oferta agregada que determinava o nível de emprego e produção, baseados na lei de Say, e Keynes considerava que era a procura efetiva, que determinava o nível de atividade econômica. (SALUM,2022)

A ação estatal poderia se dar por meio do controle monetário e da socialização dos investimentos. A intervenção estatal na organização direta dos investimentos seria justificada pela incerteza, falta de garantias e incapacidade dos investimentos privados se manterem em um patamar elevado, que garantiria o nível de pleno emprego e o desenvolvimento da economia. Dessa maneira, a política econômica do Estado deve ter como objetivo maior a defesa do pleno emprego, dando estímulos à demanda privada através de políticas

macroeconômicas, como as políticas fiscal, monetária e de renda. Reduzindo as incertezas e controlando as flutuações do sistema capitalista (GUIMARÃES, 2021).

Keynes identificou duas outras fontes de vazamento: (1) As pessoas adquirem bens e serviços de empresas estrangeiras, e assim o dinheiro gasto com essas importações deixa de ser gasto com os bens produzidos no interior do país. (2) As somas que a população destina ao pagamento de imposto são também retiradas do fluxo rendas-despesas. Segundo Keynes, esses três vazamentos (poupanças, importações e impostos) poderiam ser compensados de três formas:

(1) As importações poderiam ser contrabalançadas pelas exportações. Para que uma neutralize a outra, seria necessário que os estrangeiros adquirissem uma quantidade de bens produzidos nos Estados Unidos equivalente à quantidade de bens importados por norte americanos.

(2) O governo poderia utilizar os impostos para financiar a aquisição de bens e serviços. Se todos os impostos fossem utilizados com essa finalidade, mantendo-se o orçamento equilibrado, as despesas governamentais compensariam o recolhimento fiscal no fluxo de despesas.

(3) Sempre que os empresários desejassem ampliar seu capital, poderiam financiar os investimentos em bens de capital contraindo empréstimos nos bancos onde estivessem depositadas as poupanças, Dessa forma, os investimentos contrabalançariam o vazamento representado pelas poupanças. Se essas três injeções acrescentarem ao fluxo rendas (PLATT,2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dois nomes Marx e Keynes, estão associados as duas atitudes para com o sistema capitalista. Marx representa o socialismo revolucionário, e Keynes a defesa desiludida do capitalismo. Marx procura compreender o sistema a fim de apressar sua derrubada. Keynes procura descobrir o que está errado nele, para imaginar os meios de impedir que se destrua a si mesmo.

A afirmação central do esquema de Marx, tal como se encontra no Volume I de O Capital, é que, no capitalismo, os salários reais dos trabalhadores tendem a ser mantidos, permanentemente, em nível baixo, ao passo que os capitalistas recebem como lucro o excesso

de produto em relação aos salários. Os capitalistas, afirma ele, não estão muito interessados num padrão de vida luxuoso para si mesmos.

Keynes estabelece nítida distinção entre os dois aspectos da acumulação: poupança, isto é, abstenção do consumo e investimento, ou seja, aumentar o estoque de capital produtivo. Os capitalistas de Marx poupam automaticamente porque querem investir, de modo a adquirirem mais meios de produção a fim de empregar mais mão-de-obra e terem mais lucro.

O investimento significa o uso do trabalho para produzir bens que não estão disponíveis para o consumo, e isso aumenta a procura em relação à oferta. Os dois lados do processo de acumulação não estão ligados de modo a se manterem em harmonia. Pelo contrário, a natureza mesma da empresa privada faz com que tenham uma tendência crônica à desarmonia.

Todo ponto de vista traz a marca do período era que foi concebido. Marx formou suas ideias na sombria pobreza da década de 1840. Keynes teve de encontrar uma explicação para a condição mórbida da "pobreza em meio à abundância" no período entre as guerras. Mas todos eles têm significação para outros tempos, pois, na medida em que cada teoria é válida, lança luzes sobre as características essenciais do sistema capitalista que sempre estiveram presentes nele e ainda têm de ser levadas em conta.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

BRITO FILHO, Wladimir Soares de. Capitalismo de compadrio no Brasil. UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Tese São Paulo, 187p. 2022.

BUCHHOLZ, Filipe. Incentivo ao consumo e crescimento econômico: Brasil 2003-2010. 2016.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira. a economia monetária da produção capitalista de keynes sob a perspectiva de compreensão da história e da teoria. **História Econômica & História de Empresas**, v. 21, n. 1, 2018.

DA SILVA, Cristiano Almeida et al. Formas literárias em O Capital de Karl Marx: conteúdo e forma da educação da classe trabalhadora. 2021.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. Keynes e o Keynesianismo: uma visão crítica. Universidade Autónoma de Lisboa 38p. 2016

FARIAS, Samuel André Spellmann Cavalcanti de et al. O capital chinês e o imperialismo no século XXI: o papel do Banco Asiático de investimentos em Infraestrutura na internacionalização do capital chinês no sudeste asiático (2013-2019) Dissertação UEPB – João Pessoa . 2020. 266p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica.** Editora Contracorrente, 2020.

GUIMARÃES, Ingrid do Prado. O papel do Estado na economia: uma análise comparativa entre a escola Keynesiana e a escola institucionalista. 2021.

GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o estado e outros ensaios.** hedra, 2015.

HARBS, Ricardo; BACHA, Carlos José Caetano. Análise da distribuição dos preços de terras para lavouras no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 31, n. 2, p. 87, 2022.

KRAMPE, Márcia Estela Daltoé da S. Empresas globais e suas estratégias de territorialização: o caso Royal Agrifirm Group no Brasil. Tese de Doutorado UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC Santa Cruz do Sul – RS , 115p. 2022.

MARX, Karl; RÜHLE, Otto. **O essencial de Marx.** Editora Vozes, 2022.

MACIEL, Milton Cesar Buzata. A contribuição da formação tecnológica para o desenvolvimento regional: o caso do Instituto Federal Farroupilha, Campus Júlio de Castilhos. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** Cortez Editora, 2021.

PLATT, Adreana Dulcina. **Políticas educacionais inclusivas e políticas econômicas excludentes: O paradoxo sócio-conceitual da normalidade/anormalidade (ou adequação social)**. Paco e Littera, 2021.

RUFINO, Priscila de Moraes et al. A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista. 2019.

REIS, Lucas Bernardo. A relação de apropriação do corpo nos quadrinhos e no cinema de ficção científica cyberpunk nos Estados Unidos e Japão Dissertação UFC.- Fortaleza 126p 2020.

SANTOS, Loyde Documento e Poesia: hostilidade e resistência em Jubiabá, Mar Morto e Capitães da Areia. UNB - Brasília, 2020. 105 p.

RUIZ, Stéphanie Cetímia Mariotti. JOHN MAYNARD KEYNES E MACROECONOMIA DAS DECISÕES CAPITALISTAS: NA PERSPECTIVA DA TEORIA ECONÔMICA MONETÁRIA DA PRODUÇÃO. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 9, n. 2, p. 22-39, 2020.

SALUM, Davi Melo. Modernização das relações de trabalho? Uma análise comparativa de reformas trabalhistas. 2022.

SOUZA, Denis Luiz et al. A origem do ativismo judicial: um estudo acerca do seu desenvolvimento histórico e o atual impacto causado na sociedade brasileira. 2022.

SILVA, Mariana Correia et al. Estado e política de saúde do trabalhador: controle necessário da reprodução do trabalho ao sistema do capital. 2015.

SILVA, Gustavo Miranda Alves et al. Seja seu próprio chefe: uma análise da produção e da recepção do discurso publicitário empreendedor dirigido a entregadores de aplicativo. Dissertação UFG. 212, CCXII f. 2022.

TOLEDO, Geraldo Luciano; NAKAGAWA, Marcelo Hiroshi; YAMASHITA, Sandra Sayuri. O composto de marketing no contexto estratégico da Internet. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 3, p. 33-78, 2022.

ZGIET, Jamila. **Saúde Mental e Moral Capitalista do Trabalho: A Dialética das Alienações**. Editora Appris, 2021.